

CHEGOU A VEZ DE BARREIROS

Programa de Governo da Federação PSOL/Rede para disputar a
Prefeitura de Barreiros

Prefeito Eurico César (PSOL)
Vice-prefeito Gerson Egito (Rede Sustentabilidade)

BARREIROS-PE
2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
--------------------------	----------

EIXOS TRANSVERSAIS

1. EM DEFESA DA DEMOCRACIA.....	5
2. DIREITOS HUMANOS E COMBATE ÀS OPRESSÕES.....	6
3. POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS.....	7
4. MEIO AMBIENTE.....	8

ÁREAS DO PROGRAMA

1. PLANEJAMENTO E GESTÃO.....	10
2. SAÚDE.....	11
3. EDUCAÇÃO.....	12
4. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	13
5. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.....	14

APRESENTAÇÃO

Barreiros, assim como outras cidades da Mata Sul pernambucana, tem inúmeros problemas. Segundo o Censo de 2022, do IBGE, 20% da nossa população não é alfabetizada; 33% das nossas casas não são conectadas à rede de esgoto; 20% não são conectadas à rede geral de água; e 12% não têm coleta de lixo.

A taxa de mortalidade infantil bateu recorde na série histórica de 2012 a 2022. Nossa infraestrutura está deficitária, com inúmeras ruas sem calçamento ou calçadas pela metade; iluminação precária; nossa saúde completamente sucateada; nossa educação está longe de onde deveria estar; nossa feira completamente descuidada; e nosso povo abandonado. Segundo a Caged/MTPS, em 2022, Barreiros teve mais gente demitida do que contratada no mercado de trabalho. Vendedor de comércio e trabalhador da cana-de-açúcar foram as áreas que mais demitiram. Em compensação, a pecuária foi a área que mais empregou, demonstrando uma nítida transformação da Mata Sul, que passa por uma transformação na sua matriz socioprodutiva.

Com a atual gestão, houve redução no número de matrículas do ensino infantil e do ensino fundamental, ambos de responsabilidade do poder público municipal. Também caíram os números de docentes e de escolas no município. É um cenário aterrador.

Para superarmos esse contexto, precisamos de um governo comprometido com o nosso povo. É necessário inverter a lógica de “governar para” em “governar com”. Governar, para nós, não é tomar as decisões pelas pessoas, mas dar os meios para que as pessoas sejam protagonistas das decisões. Por isso, apresentamos a nossa candidatura com este plano de governo que dá diretrizes gerais para implementarmos políticas públicas concretas. Aqui, temos pontos programáticos em planejamento e gestão; saúde; educação; assistência social; e geração de emprego e renda. Todos esses pontos são transpassados por eixos transversais, quais sejam, em defesa da democracia; direitos humanos e combate às opressões; políticas públicas e combate às desigualdades sociais; e meio ambiente.

Estamos cansados dos mesmos sobrenomes se revezando no poder. Estamos cansados de tanta incompetência e ingerência à frente da nossa administração. Precisamos revolucionar o governo de Barreiros e isso só é possível com a defesa de um projeto independente, aguerrido e aliado aos interesses do nosso povo.

EIXOS TRANSVERSAIS

1. EM DEFESA DA DEMOCRACIA

As eleições municipais de 2024 se desenrolam em um cenário de reconstrução nacional após um golpe e quatro anos de um governo com inclinações neofascistas, que foi derrotado nas urnas em 2022. Durante esse período de retrocesso, o país enfrentou uma combinação de valores ultraconservadores com políticas que normalizaram a violência, o ódio e o armamento. Mostraram complacência com milícias, desacreditaram a ciência, violaram direitos humanos, desmantelaram políticas públicas, atacaram direitos sociais e minaram as bases democráticas arduamente conquistadas ao longo da nossa história.

O resultado das eleições de 2022 foi determinante, marcando uma ruptura na execução desse projeto autoritário. Contudo, os defensores dessa visão permanecem organizados e ativos, disputando espaço na sociedade, o que torna a luta pela agenda democrática ainda mais necessária.

O PSOL e a Rede tiveram um papel crucial na resistência contra o autoritarismo e o retrocesso. A Federação, junto com sua militância e suas candidaturas, continuará a servir a essa causa em sua atuação diária e no processo eleitoral deste ano, exigindo a responsabilização daqueles que trabalharam para desestabilizar a ordem democrática.

Aqui em Barreiros, a extrema-direita está instalada na Prefeitura. Com o domínio do poder público municipal, o prefeito fez a extrema-direita angariar votos na cidade. No entanto, aqui na nossa terra, demos mais votos para o presidente Lula.

Para combater esse problema, é fundamental expandir o entendimento sobre o que constitui um projeto democrático e popular. Para nós, a democracia deve ser pensada a partir de uma perspectiva que inclua a participação popular e a inclusão social. Em outras palavras, a democratização do Estado passa pela garantia de acesso a direitos e a processos decisórios, abrangendo dimensões políticas, sociais e econômicas.

Uma concepção de democracia em que o Estado atua para privilegiar e gerir os interesses de pequenos grupos em detrimento da maioria da população é inconcebível. A universalização do acesso a bens e serviços públicos, bem como a implementação de políticas de reparação são condições indispensáveis para alcançar uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Isso exige uma mudança de enfoque. Não se trata de “fazer para”, mas sim de “fazer com”. Nós acreditamos que as pessoas devem ser protagonistas no desenvolvimento das políticas que impactam suas vidas, respeitando as diversas representações étnicas e raciais, identidades de gênero, orientações sexuais, religiões, diversidades e especificidades territoriais, valorizando as experiências e os conhecimentos da classe trabalhadora.

A consolidação desses princípios democráticos requer uma agenda que priorize a transparência e a participação popular, com a ampliação das políticas de acesso à informação, a criação e o fortalecimento de conselhos, a simplificação dos processos para leis de iniciativa popular, o acesso transparente à contabilidade de empresas públicas e prestadoras de serviço, e a promoção de amplos debates públicos sobre orçamento e planejamento nos municípios. Além disso, é vital promover governos que respeitem a diversidade da nossa população e assegurem gestões verdadeiramente representativas.

Esses são os nossos compromissos em prol de uma democracia genuína e inclusiva.

2. DIREITOS HUMANOS E COMBATE ÀS OPRESSÕES

Em um cenário de ameaça da extrema direita, a defesa e o fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos são fundamentais para promover e proteger os direitos básicos de todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, em consonância com os princípios de universalidade, interdependência, complementaridade e inviolabilidade. A ausência dessas políticas resulta na violação de direitos, aumento de violências, opressões e ameaças à vida.

Os Direitos Humanos são protegidos por mecanismos internacionais, por meio de declarações ou tratados entre Estados com o objetivo de assegurar esses direitos, que podem estar sob a tutela de esferas globais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), ou regionais, como o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.

No Brasil, a Constituição de 1988 representou um marco na consolidação dos direitos humanos e fundamentais. Atualmente, as políticas de Direitos Humanos são orientadas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que visam enfrentar os problemas estruturais da sociedade contemporânea, promovendo uma interação democrática entre o Estado e a sociedade civil, a universalização dos direitos em um contexto de desigualdades, a educação e cultura em direitos humanos, o direito à memória e à verdade, além de políticas que garantam a segurança pública, o acesso à justiça e o combate à violência.

A responsabilidade pela coordenação e implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos recai sobre o Poder Executivo, com atribuições compartilhadas entre União, Estados e Municípios, tanto na formulação de políticas públicas quanto na criação de espaços de controle social e participação popular. Contudo, Barreiros tem negligenciado suas responsabilidades, seja na execução das ações ou na cobrança dos demais entes federativos.

Casos de violência contra mulheres, genocídio da juventude negra, vítimas da guerra às drogas, intolerância religiosa, racismo, LGBTQIfobia, capacitismo, xenofobia, gordofobia e etarismo são algumas das manifestações violentas que devemos combater, apostando em ações afirmativas e educativas que promovam o respeito, a diversidade, a inclusão e a cultura de paz. O acesso à justiça e a promoção dos direitos humanos, especialmente para grupos historicamente marginalizados e violentados, como mulheres, LGBTQIA+, negros e negras, indígenas, pessoas em situação de rua e pessoas com deficiência, são questões inegociáveis para nós.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

Temos um compromisso sólido com a superação das desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a nossa sociedade. Isso se reflete em nossas lutas históricas contra a retirada de direitos sociais, a precarização e a destruição de políticas públicas.

De acordo com os dados mais recentes do IBGE, divulgados em dezembro de 2023 e que analisam o ano de 2022, 31,6% dos brasileiros viviam em condições de pobreza, enquanto 5,9% enfrentavam a extrema pobreza. O IBGE também revelou que quatro em cada dez brasileiros, na faixa etária de 25 a 64 anos, não concluíram a educação básica. Além disso, um em cada cinco jovens de 15 a 29 anos não estava nem trabalhando nem estudando até o final de 2022, totalizando 11 milhões de brasileiros nessa situação. A pobreza e a extrema pobreza afetam desproporcionalmente as mulheres negras, especialmente as que são chefes de famílias monoparentais com filhos menores de 14 anos.

Nos governos Temer e Bolsonaro, diversas políticas públicas foram desmanteladas ou fragilizadas devido às restrições orçamentárias impostas pelo teto de gastos e por mudanças legais e administrativas, além dos impactos da pandemia da COVID-19, o que resultou em uma situação socioeconômica devastadora, levando mais de 100 milhões de brasileiros à insegurança alimentar. Essa situação só não foi pior graças à luta do PSOL e de outros partidos progressistas pelo Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 para a população mais vulnerável e de R\$ 1.200,00 para mulheres chefes de família monoparentais, uma política inicialmente contestada por

Bolsonaro, mas posteriormente utilizada por ele na tentativa de reeleição. Em 2023, a manutenção, reestruturação e ampliação das políticas de transferência de renda, associadas à redução do desemprego, melhoraram os indicadores sociais no primeiro ano do novo Governo Lula, mas ainda há muito a ser feito.

O desenvolvimento de políticas públicas para combater a desigualdade exige uma atuação coordenada entre as esferas municipal, estadual e federal. Para o PSOL, essa deve ser uma prioridade nas eleições de 2024, o que significa garantir a ampliação do acesso à saúde pública, melhorias nos indicadores de acesso e permanência na educação infantil e fundamental e, mesmo considerando os limites das prefeituras, a criação de empregos e renda.

Nosso partido defende um amplo diálogo com os servidores públicos, buscando melhorar suas condições de trabalho e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência dos serviços prestados à população.

Com ousadia, criatividade e compromisso com o meio ambiente, queremos desenvolver iniciativas que estimulem e organizem atividades produtivas e comerciais nos setores populares, especialmente nas regiões com os maiores índices de vulnerabilidade social.

4. MEIO AMBIENTE

O PSOL vem, há muito tempo, alertando sobre a questão ambiental, a urgência climática e a necessidade de um modelo de transição ecológica. A crise no sistema de desenvolvimento econômico e social tem cada vez mais gerado impactos profundos na vida diária da população.

Entre as classes médias, o debate ambiental ganhou maior relevância devido às mudanças extremas de temperatura, como o Brasil vivenciando o janeiro mais quente de sua história recente. Além disso, no final do ano passado, a negligência de uma empresa de eventos resultou na trágica morte de uma adolescente negra durante um show.

No entanto, os impactos mais graves se fazem sentir nas periferias urbanas, onde a população é mais vulnerável à falta de políticas públicas, intensificando o racismo ambiental. Enchentes, alagamentos e deslizamentos em áreas de encosta são frequentes, destruindo tudo o que essa população conseguiu conquistar com muito sacrifício. Os mais atingidos por essas tragédias têm rosto, cor e endereço; são, em grande parte, mulheres negras das periferias. No caso de Barreiros, toda a cidade é atingida por completo!

O que é rotulado como "catástrofes naturais" é, na verdade, fruto de um modelo econômico predatório que penaliza os mais pobres. E nosso povo já sentiu isso na pele, tendo que reconstruir suas vidas depois de enchentes.

Por essas razões, o discurso predominante sobre mudanças climáticas e as soluções promovidas pelo "capitalismo verde" só agravam o problema. O que esse modelo propõe não é um limite ético, mas uma tentativa de resgatar o projeto capitalista moderno; aposta-se que o mercado pode encontrar soluções que transformem a preservação em uma fonte de riqueza maior do que a destruição, ocultando o fato de que isso passa pela maior financeirização da natureza, pelo controle oligopolista dos recursos naturais, pela concentração de terras em latifúndios, o fortalecimento do agronegócio monocultural e uma transição que beneficia apenas uma minoria.

A investida financeira com falsas soluções climáticas visa abrir novas oportunidades de acumulação, criando mercados de "compensação", como os créditos de carbono, que podem ser negociados em bolsas de valores. Até mesmo os serviços ambientais são mercantilizados, promovendo uma lógica que não corrige os atuais modelos e padrões de produção.

Diante disso, o PSOL tem promovido debates sobre soluções e reflexões em torno de questões centrais para o Brasil, como os desafios agrários, alimentares, ambientais, climáticos, sociais, econômicos e de saúde pública.

Uma das alternativas é a agroecologia. Em 2019, a Articulação Nacional de Agroecologia identificou mais de 950 iniciativas, das quais mais de 700 contaram com apoio municipal. Além disso, é essencial incentivar mercados locais para produtos agroecológicos, como feiras, onde o envolvimento municipal é crucial tanto na logística quanto no apoio aos agricultores.

A compra pública de alimentos por meio de programas como o PAA e o PNAE é outra iniciativa importante, com algumas cidades já garantindo a inclusão de alimentos orgânicos ou agroecológicos na alimentação escolar.

Outras ações são igualmente essenciais para assegurar cidades mais sustentáveis: a gestão dos bens naturais, com o reuso da água e o investimento em energias renováveis; o manejo adequado de resíduos sólidos, com políticas de reciclagem e compostagem que promovam a sustentabilidade; o desenvolvimento de transportes limpos; e o investimento em saneamento básico e áreas verdes.

ÁREAS DO PROGRAMA

1. PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Propor a **implementação de um Plano Municipal de Juventude**, assegurando a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade durante todas as etapas de sua formulação e execução;
- **Auditar os contratos e procedimentos operacionais de concessões municipais** que apresentem indícios de não cumprimento satisfatório das condições de legalidade, moralidade, razoabilidade, equilíbrio econômico-financeiro, eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos,
- **Estabelecer um Comitê que represente Institutos de Ensino e Pesquisa**, servindo como um canal permanente e institucional de comunicação entre o poder público municipal e toda a comunidade acadêmica;
- Assegurar que **cada secretaria da Prefeitura realize audiências públicas regulares** para apresentar relatórios semestrais sobre as ações implementadas e aquelas em fase de estudo, incluindo a divulgação das verbas alocadas para cada secretaria e a forma como foram aplicadas;
- **Implantar, em todos os bairros do município, um conselho de moradores** com a principal função de garantir o respeito à diversidade cultural local, promover o protagonismo da população na gestão pública, realizar reuniões abertas e consultas populares sobre os principais assuntos da região, e elaborar, em colaboração com as secretarias, um plano regional de desenvolvimento urbano. Esse plano deve integrar as políticas de geração de emprego, distribuição de renda, preservação do meio ambiente, saneamento, energia, mobilidade, moradia, cultura, lazer, educação, saúde, assistência social e segurança pública;
- Criar, reinstituir e/ou fortalecer os **conselhos municipais** de políticas públicas;
- Elaborar um **Programa Municipal de Orçamento Participativo**, com o objetivo de realizar consultas públicas. O programa também visa organizar o debate orçamentário do município nos conselhos de moradores (dimensão territorial), nos conselhos municipais de políticas públicas (dimensão setorial) e em algum fórum geral que será criado;
- **Adotar licenças livres nos documentos e publicações do município**, e estabelecer ferramentas e práticas que facilitem o compartilhamento do conhecimento.

2. SAÚDE

- **Democratizar a gestão das políticas públicas de saúde**, incentivando a criação de conselhos gestores, com eleições diretas realizadas entre os trabalhadores, e a criação de colegiados de gestão, garantindo a participação dos trabalhadores e usuários;
- **Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde**, dando-lhes estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de saúde;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para **regionalizar as ações da Secretaria Municipal de Saúde** com criação de pólos em áreas estratégicas da cidade;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para **garantir a recomposição salarial gradual dos servidores da saúde** de todas as áreas;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para **realizar concursos públicos para a recomposição do quadro de servidores**;
- **Fortalecer uma nova cultura de atenção ao cidadão e de condições dignas de trabalho nas unidades de saúde**, valorizando estes trabalhadores através da criação de instrumentos de educação permanente, democratizando os mecanismos de produção, acesso e circulação de informações em saúde para a redução das desigualdades sociais;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para **ampliar a Atenção Básica e a Estratégia de Saúde da Família (ESF)**, inclusive ampliando o piso básico de remuneração dos trabalhadores;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para **garantir o atendimento integral, humanizado, transdisciplinar e de qualidade em toda a rede de atenção materno- infantil desde o pré-natal até a atenção ao recém-nascido**;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para **investir em equipamentos (salas e quartos) que facilitem o parto humanizado**;
- Implementar uma **política municipal intersetorial de atenção integral a pessoas que usam álcool e outras drogas**, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde.

3. EDUCAÇÃO

- **Erradicar o analfabetismo** - Estabelecer parceria com as universidades e organizações da sociedade civil com a finalidade de criar um programa ambicioso com metas objetivas e prazos determinados a fim de em um curto prazo erradicarmos o analfabetismo em Barreiros;
- **Fortalecer o Conselho Municipal de Educação**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de educação;
- **Instituir e regulamentar a data-base para todos os profissionais da rede municipal de educação**, garantindo a existência de processos de negociação salarial e de melhorias nas condições de trabalho permanentes, reconhecendo e respeitando as representações sindicais de cada segmento dos profissionais da rede municipal de educação;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a **progressiva implementação de um plano que tenha por objetivo alcançar a universalização do atendimento de creches públicas no município**;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para **garantir vagas em concursos públicos que recomponham os quadros efetivos** e reflitam o dimensionamento atual da rede municipal de educação;
- Garantir processos de **gestão democrática em toda a redemunicipal de educação**, com eleição de diretores nas escolas e creches e construção/valorização de conselhos gestores de caráter deliberativo nas comunidades escolares;
- **Investir na formação de professores e em material pedagógico para combater o machismo e a discriminação racial** nas escolas e creches municipais, respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação visando sua ativa participação na erradicação de todas as formas de preconceito;
- Promover a **inclusão e valorização das culturas de matriz africana e indígena nos conteúdos curriculares das escolas públicas do município**, visando a erradicação de todas as formas de preconceito contra elas e a valorização de sua contribuição à formação da sociedade brasileira;

4. ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Implementar, via Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, um **Programa Municipal de Assistência Social** que garanta a integração da Rede de Proteção Social Básica (destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social) com a **Rede de Proteção Social Especial** (destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos), assegurando infraestrutura adequada para funcionamento dos equipamentos;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para aprimorar as ações intersetoriais da rede de serviços públicos que atende a população de Barreiros para qualificar o investimento nas políticas voltadas à **erradicação da extrema pobreza no Município**, fortalecendo os programas de garantia de renda mínima;
- Viabilizar o **Conselho Municipal de Assistência Social**, dando-lhe estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de assistência social;
- **Valorizar o servidor público da assistência social** em suas mais diferentes áreas, com a garantia concurso público estatutário em todas as áreas, evitando a terceirização na execução dos serviços e contratação de profissionais;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para **garantir o funcionamento dos conselhos tutelares** distribuídos conforme a população e indicadores sociais de cada área da cidade;
- Promover uma **política de fortalecimento dos Conselhos Tutelares**, buscando a capacitação permanente de seus quadros, uma melhor distribuição conforme a população e indicadores sociais de cada região administrativa, um reajuste da remuneração, reformas das instalações físicas, aquisição de equipamentos de informática, carro, ampliação do quadro de funcionários para composição das equipes técnicas (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos), criação de programas e cursos de capacitação técnica permanente, bem como a organização de encontros municipais para promover a troca de experiências e a articulação em rede;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para **investir na ampliação dos programas de família acolhedora e repúblicas para jovens como medida alternativa à institucionalização**;
- Elaborar um programa municipal para **garantir o acesso à justiça**.

5. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

- **Valorizar a criação de trabalhos dignos e decentes**, ou seja, aqueles adequadamente remunerados e em que os trabalhadores têm condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade;
- **Valorizar o servidor público**, por meio de capacitação, melhores condições de trabalho, ampliação do plano de carreira, elaboração de políticas contra assédio moral e sexual, redução dos cargos comissionados e realização de novos concursos públicos para contratação de pessoal;
- **Incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas com baixo impacto ambiental** como, por exemplo, o turismo, a informática, a cultura e a pesquisa;
- **Criar o Conselho Municipal de Trabalho (COMUT)**, articulado aos conselhos de moradores e ao Programa Municipal de Orçamento Participativo, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas na área do trabalho e emprego de acordo com as necessidades de cada categoria e as particularidades de cada região da cidade, visando a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para **implementar um programa de crédito popular no qual trabalhadores autônomos e cooperativas terão prioridade**, para apoiar o autoempreendimento, dando o suporte necessário às pessoas que queiram empreender na cidade, sobretudo em se tratando de micro e pequenos negócios (incentivos fiscais, ampliação do SIMPLES, suporte técnico, formação e qualificação profissional);
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para a **progressiva implementação de um programa de apoio temporário ao trabalhador desempregado**, até que consiga um emprego, oferecendo a ele um valor mensal para trabalhos em prol da comunidade;
- Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária do município, para o **progressivo investimento em obras de saneamento ambiental com o objetivo de qualificar a infraestrutura urbana da cidade e promover a geração de emprego**, oferecendo assessoria técnico-pedagógica e priorizando vagas de trabalho para os moradores dos locais onde forem realizadas as obras, começando pelas favelas e bairros populares do município onde tem maior demanda por serviços de saneamento ambiental;
- Fortalecer a **fiscalização sobre situações de trabalho análogo ao de escravo**.